



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação Nº 268/2023

Processo Número: **15360/2023** | Data do Protocolo: 31/05/2023 17:00:04

Autoria: **Carlos Giannazi**

Assinaturas Indicadas:

Ementa: **Requer ao Sr. Secretário de Gestão e Governo Digital informação sobre o sistema de perícias Detran-SP / Prodesp.**





REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 do Regimento Interno, requeiro que se officie ao Senhor Secretário de Estado de Gestão e Governo Digital, requisitando-lhe o que segue:

1- Há informações desta Secretaria sobre problemas no sistema gerenciado pela Prodesp, de distribuição de consultas ou agendamentos para a realização de exames periciais para o Detran-SP, que vem causando distorção no quantitativo destinado aos profissionais cadastrados?

2- Em caso afirmativo, quais as medidas tomadas pela pasta para assegurar a equidade, imparcialidade e aleatoriedade previstas pelo artigo 5º da Lei Estadual 16.658, de 2018?

3- Em caso negativo, como justificar casos concretos nos quais os pacientes usuários do sistema de cadastramento informam dificuldades para agendamento de horários nas clínicas ou consultórios, ou agendas bloqueadas durante períodos do dia, impossibilitando o agendamento?

4- A determinação legal de que os candidatos a perícia a realizem dentro de uma microrregião de abrangência do seu CEP residencial está sendo cumprida?

5- A determinação legal de limite de atendimentos diários por profissional está sendo cumprida? O que justificaria, então, casos concretos em que o bairro de Campo Belo, na Capital, apresenta 40 atendimentos mensais em média, ao passo que Moema realizou 252 atendimentos?

JUSTIFICATIVA

Recebemos de um grupo de representantes de entidades e profissionais médicos e psicólogos cadastrados no sistema Prodesp / Detran-SP, denúncias de irregularidades no sistema de distribuição dos exames periciais, que não tem se mostrado equânime, como determinado por lei.

Segundo os relatos, ao mesmo tempo que se verificam casos de distribuição vultosa para alguns grupos e profissionais, outros recebem poucas e esparsas atribuições.

Uma vez que o Ministério Público Estadual também atua em denúncia feita sobre tais problemas, com Inquérito Civil para apuração dos fatos narrados, é que apresentamos tais questionamentos.

Carlos Giannazi



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 390032003900310032003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Giannazi** em 31/05/2023 16:56

Checksum: **D644643D6B3F7D37B7C58C589BA5F0E581A03E51330386C4DE5847937F14BF0D**

